

Sarney tenta romper cerco a seu mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney não está conseguindo romper o cerco estabelecido em torno do Palácio do Planalto, pela antecipação das eleições presidenciais para o ano que vem. Irritado, desde segunda-feira ele tenta mobilizar as forças partidárias que ainda lhe são fiéis, mas sem resultado aparente. O caudal engrossa, sendo hoje predominante no PMDB e com sérios riscos de ganhar o PFL. Dos partidos menores nem se fala, todos eles engajados nessa nova fase das diretas-já, dos PCs ao PT, do PDT ao PDS. Será exagero supor a Assembléia Nacional Constituinte marcando a sucessão presidencial para o começo do ano que vem, logo após a promulgação da nova Constituição, mas tudo leva a crer que deputados e senadores escolherão o 15 de novembro de 1988 como data para a realização das eleições presidenciais.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna, ficou falando sozinho, ao tentar organizar um grupo contrário à antecipação, e não convenceram ninguém as declarações dadas segunda-feira em São Paulo pelo deputado Ulysses Guimarães, em defesa dos cinco anos de mandato, isto é, de eleições apenas em 15 de novembro de 1989. Até o ministro Aureliano Chaves, provável candidato dos liberais, fala em "quatro ou cinco anos", abrindo a porta para aceitar e valer-se da futura decisão constituinte pelos quatro anos. Como Ulysses, ele também é candidato.

Até ontem à noite auxiliares e ministros de Sarney tentavam desesperadamente adiar ou torpedear a reunião das bancadas do PMDB na Câmara e no Senado, marcada para hoje à noite com o objetivo de convocar a convenção nacional do partido para uma decisão política a respeito da realização de eleições no próximo ano. Mário Covas e José Richa, as duas principais lideranças alternativas do PMDB, avançam mais do que Ulysses Guimarães, pregam abertamente os quatro anos de mandato para Sarney, ou seja, eleições no final de 1988, arrancando com isso razoáveis fatias do poder de Ulysses Guimarães. O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, repita-se, faz que não quer mas quer. Sabe que quanto mais depressa as eleições se realizarem melhor para ele.

A equação deve ser simplificada, apesar das diversas nuances. São os candidatos à sucessão que lideram a tese, mas as bases partidárias a impulsionam, faltando citar, além dos já referidos pretendentes, Luiz Inácio da Silva, pelo PT, Leonel Brizola, pelo PDT, Paulo Maluf, por onde der, e, last but not least nessa fornada, Jânio Quadros. Pode ser que surjam outros, pois a quota dos místicos e dos doidos não foi plenamente preenchida. É evidente que nenhum dos candidatos, entre os mais e os menos sérios, ou seria chegar onde chegou se não encontrasse terreno fértil para o plan-

tio. No fim, dúvidas inexistirão de que a antecipação se deveu, essencialmente, ao próprio governo — às suas hesitações, à inércia e à desagregação administrativa diante da crise. Estivessem as dificuldades econômicas, sociais e políticas sendo enfrentadas, e, com um pouquinho de sorte, o assunto não estaria em pauta. Basta lembrar que, nos tempos ilusórios do Plano Cruzado I, que mais se falava era da possibilidade de reeleição de José Sarney.

Importa menos levar a discussão para o plano institucional. Ela é política, por dentro e por fora. Equivale a enxugar gelo a alegação de que o mandato do presidente atual deve ser idêntico ao mandato de seus sucessores, fixado pela Assembléia Nacional Constituinte. Se forem dados quatro anos, ou seja, marcadas as eleições para novembro do ano que vem, não haverá a menor obrigatoriedade de o País retornar à tradição da velhíssima República, aliás, momentaneamente, restabelecida no texto da Constituição de 1967, como vingança de Castello Branco contra Costa e Silva. Aferrando-se nesta postura, tendo em vista que os cinco anos de mandato melhor se adaptaram à democracia brasileira, depois de 1946, alguns ministros e auxiliares presidenciais imaginam evitar as eleições no ano que vem. Ledo engano. Alhos nada têm que ver com bugalhos. O governo Sarney é de transição, inaugurado sob a égide de leis autoritárias agora em processo de reformulação pela Assembléia Nacional Constituinte. O simples fato de seu mandato estar submetido a uma decisão de deputados e senadores encerra qualquer discussão.

Só lá para setembro ou outubro a matéria estará sendo votada conclusivamente. Primeiro, no capítulo da Organização do Estado, na dependência da confirmação do sistema presidencialista de governo ou quem sabe, da adoção do parlamentarismo ou de uma fórmula mista. Os constituintes fixarão o mandato dos futuros presidentes da República. A partir dessa decisão é que trairá passar ao mandato de José Sarney, nas disposições transitórias.

O PMDB, ou a parte majoritária dele, sequiosa de ver as eleições realizadas em 1988, antecipa-se e tenta uma decisão política para breve. Da reunião das bancadas, hoje, à convenção nacional, poderá ser um papo. As bancadas ficariam comprometidas em votar de acordo com as definições tomadas, quando setembro ou outubro chegasse. Não se trata de obrigatoriedade. É claro, pois os constituintes são livres e soberanos para votar como bem entenderem, sem fidelidade partidária. Nessa alternativa é que o Palácio do Planalto deveria estar jogando, em vez de tentar cercar ou impedir as manifestações políticas de agora. Porque, se o ministro Bresser Pereira der certo, se conseguir refluir a crise e diminuir as dificuldades, sua ação não deixará de se refletir no comportamento político da Assembléia Nacional Constituinte.